

---

## A função social das televisões de proximidade. Por um modelo de comunicação alternativo

*Pedro Samina Coelho*<sup>1</sup>

Na nossa dissertação de mestrado analisámos algumas das razões que estão por detrás da crise actual do espaço público e, ao mesmo tempo, tentámos identificar, no interior do próprio espaço público, algumas das formas, a que chamámos sinais de resistência, capazes de promoverem a sua progressão.

Para Jurgen Habermas, a possibilidade de romper com este determinismo social a que o espaço público parece condenado, reside na acção comunicativa, na capacidade de comunicar, transformando-se, a comunicação, numa força produtiva geradora de integração social e, simultaneamente, guardiã da própria democracia. Através da comunicação, reconhece Habermas, é possível dirimir questões sociais controversas de forma racional, com vista a atingir o interesse comum. O público tem o poder de “demonstrar como é possível”, em sociedades como as nossas”, mesmo condicionado “pelas organizações que o escravizam”, conquistar “um processo crítico de comunicação pública” (1992: 176 – 178, 180).

Os meios de comunicação social deveriam ser os instrumentos amplificadores dessa acção comunicativa, dessa interacção que, permitindo a progressão do homem, permitiriam a progressão do espaço público. Contudo, como reconhece Wright Mills, a eles se deve não a ampliação das discussões racionais de públicos específicos, mas a transformação destes “num grupo de mercados”, (1981: 364) por isso, ao mesmo tempo que transformam os receptores em agentes que promovem a preservação dos *valores* que defendem e que apenas contribuem para a manutenção do *status quo*, os meios de comunicação social são, igualmente, pilares da sociedade de massas.

Na investigação que conduziu à elaboração da nossa dissertação de mestrado optámos por trabalhar uma dimensão mais específica de espaço público, o espaço público de proximidade (local ou regional) e, assinalando a relação que este estabelece com os meios de comunicação social locais e regionais, procurámos compreender em que medida estes se constituem, ou poderão vir a constituir, como pilares refundadores desse espaço público.

A análise realizada levou-nos a concluir, contudo, que a ideia de um “local” romântico, um local puro, pilar da democracia e lugar de refundação do próprio espaço público não tem concretização prática e os meios de comunicação social que existem nessas comunidades de proximidade contribuem essencialmente, pela forma como orientam a sua acção, para acentuar as fragilidades do local. Como reconhece Dominique Wolton, o local não tem esse “perfume de pureza virginal” (2000: 89, 90) e os meios de comunicação social locais e regionais, enquanto não conseguirem libertar-se de um conjunto de marcas negativas que os caracterizam, não poderão contribuir para a refundação do espaço público.

Neste sentido, caracterizámos o poder das elites locais nos espaços públicos de proximidade, a forma como elas tentam impor aos elementos de determinada comunidade um “consenso” socialmente integrador que na prática resulta num falso consenso por ser imposto e não fruto da discussão, do debate e da acção comunicativa. Essa imposição, ao mesmo tempo que contribui para a manutenção do estado das coisas e, conseqüentemente, para a eternização das elites no poder, silencia o conflito e as opiniões marginais de todos os que não se revêem na alegada opinião dominante. Os meios de comunicação social locais e regionais são cúmplices desta estratégia das elites, veiculando a opinião dominante, silenciando o conflito, impedindo a participação, controlando as discussões públicas na medida em que apenas convidam para o debate, quando o convocam, os que não se opõem às elites; fazem-no em nome da própria sobrevivência, uma vez que, nas pequenas comunidades, as elites políticas e económicas

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciências da Comunicação – Universidade Nova de Lisboa

disponibilizam, mesmo indirectamente, os instrumentos que possibilitam a sobrevivência desses meios de comunicação social. Referimo-nos a empresas economicamente frágeis, com profissionais sem formação académica específica que, na sua maior parte, nem exercem a profissão de jornalista a tempo inteiro, acumulando-a com outras actividades profissionais, com vínculos precários ao jornal ou à rádio, poucos salários e, por tudo isto, reféns de uma política editorial assente em critérios económicos que, na maioria dos casos, como referimos, apenas garantem a sobrevivência desses meios.

Mesmo que o jornalista queira libertar-se deste falso consenso, o conflito não serve aos proprietários destes meios de comunicação social e os profissionais, em nome da manutenção do posto de trabalho, acomodam-se, conformam-se. Tornam-se, nestes casos, muitas vezes reféns de *uma proximidade demasiado próxima* relativamente aos representantes da elite decisora, por frequentarem os mesmos cafés, os mesmos círculos e, desta proximidade, resultar o receio de afrontar as elites e as opiniões por elas veiculadas.

Para ultrapassarmos os obstáculos verificados na inter-relação entre os meios de comunicação social e o espaço público de proximidade, que origina espaços públicos deformados, uma vez que, como assinalam Philippe Le Guern e Pierre Leroux “o espaço público não é um lugar abstracto de consensos democráticos ideal, mas um espaço de conflito onde se exprimem relações sociais de desigualdade e de dominação” (2000: 160), torna-se necessário desenvolvermos um modelo alternativo.

Confrontámos o nosso objecto de trabalho com um conceito que não vimos corroborado na prática, mas que procurámos explorar em termos das suas possibilidades de concretização. Referimo-nos à televisão de proximidade, aquela que emite conteúdos produzidos dentro de determinada comunidade e a ela relativos. Entre a televisão e os seus destinatários estabelece-se um pacto comunicacional, um acordo, que assenta a sua base na vontade comum de progresso e desenvolvimento da comunidade. O instrumento desse pacto é, de facto, os conteúdos emitidos por estes canais, definidos a partir dos problemas comuns da comunidade e susceptíveis de promoverem a participação dos destinatários nos debates e discussões suscitados pela emissão desses conteúdos.

Escolhemos para este desafio a televisão de proximidade pela elevada taxa de penetração deste *medium* no tecido social, sobretudo nas regiões do interior, as que serviram de base à nossa pesquisa na dissertação de mestrado; a elevada propensão para o consumo televisivo proporciona a este *medium* possibilidades acrescidas de intervir no plano da acção comunicativa e, simultaneamente, como instrumento decisivo de reforço da identidade e da coesão entre os membros de determinada comunidade.

A especificidade do jornalismo praticado nestas televisões advém, sobretudo, da necessidade de esse pacto não reflectir a tal *proximidade demasiado próxima* de que falávamos, no sentido em que a vontade comum, demonstrada pelos meios de comunicação social, destinatários/cidadãos e elites, de que a comunidade progrida e se desenvolva, rejeite a institucionalização da promoção de um falso consenso. Pelo contrário, a estas televisões de proximidade, e ao jornalismo de proximidade nelas praticado, devem servir de orientação os princípios básicos do discurso jornalístico, nomeadamente a obrigação de dar voz a todos os implicados no acontecimento, o que supõe, a integração das opiniões marginais e de conflito.

A formação específica que se reclama para este jornalismo advém, igualmente, da necessidade de os seus profissionais estarem simultaneamente envolvidos na vontade comum de fazer progredir a comunidade, mas sem perderem o distanciamento crítico que os coloca no papel de mediadores do espaço público e os transforma em agentes formadores de uma opinião pública crítica e esclarecida que seja, por isso mesmo, vinculativa da vontade geral.

Desta forma, a televisão de proximidade e os agentes que a promovem desempenham uma função social. Assumimos, como Blumler e Gurevitch que a função social dos meios de comunicação, neste caso das televisões de proximidade, lhes é reconhecida quando estes *media* se transformam nos vigilantes do espaço público, no sentido em que fiscalizam o poder e os seus representantes, criticando-os, se tal for necessário, ou *iluminando* o caminho de todos os que participam nesse exercício. O cumprimento dessa função social determina, igualmente, que, ao mesmo tempo que esses *media* dotam os cidadãos dos instrumentos que lhes permitem

questionar a política e os políticos, favorecem a participação desses destinatários no processo de tomada de decisão, contribuindo para atenuar, por isso mesmo, o fosso que os separa da elite.

Uma televisão de proximidade com esta missão social justifica o investimento do Estado, pois assume-se, claramente, como um agente directamente implicado no processo de desenvolvimento regional. Sem esse esforço do Estado, as regiões pobres, ou em vias de desenvolvimento, onde o mercado é frágil e a sociedade civil não dispõe de uma massa crítica que promova a interacção dos seus membros de forma a que, em conjunto, se apliquem no processo de desenvolvimento da comunidade, ficariam excluídas do espaço de comunicação, e assim desta fundamental alavanca social de desenvolvimento.

Porque nenhum sistema é perfeito existe o risco de o projecto se tornar excessivamente dependente do poder político, permitindo o controle dos conteúdos de uma forma que poderá ameaçar o cumprimento da sua função social. Torna-se, então, indispensável um organismo fiscalizador, representativo de todas as entidades regionais e das diversas forças políticas e sociais locais, para contrabalançar esse efeito. Caberia a esse organismo a nomeação dos gestores públicos do canal e a consequente fiscalização dos seus actos.

No fundo o que aqui se perspectiva é uma televisão assumidamente como projecto regional, envolvendo todas as entidades da região, e com todas elas assumindo parcerias e criando sinergias. O modelo de televisão adequado às regiões em vias de desenvolvimento deve partir de uma base, e essa base é o que existe na região, ou seja, o conjunto de agentes directa e indirectamente ligados ao sector audiovisual e igualmente implicados no desenvolvimento da região. Miguel de Moragas, arquitecto desta rede de complementaridades, inclui “a Universidade, a imprensa regional, os teatros, as sociedades desportivas, as administrações públicas regionais relacionadas com a cultura, com a juventude, com a educação, etc.” (in Vacas, 1999: 737). Essa rede pode, em nosso entender, ser reforçada, se pensarmos no caso português, com outros organismos produtores de cultura como os cine-clubes locais, as escolas em geral e não só a Universidade, as sociedades recreativas, os organismos municipais dependentes da área cultural das autarquias, a(s) igreja(s), os movimentos sociais. Mas este envolvimento total da região implica que alarguemos o leque até aos organismos produtores de riqueza, as empresas, o sector industrial e também aos representantes políticos locais, os partidos, os sindicatos e as associações.

Gerir, ou arbitrar como competiria ao Estado, esta panóplia de interesses, revelar-se-á, naturalmente, uma tarefa extremamente ambiciosa e de difícil concretização, podendo, contudo, ser facilitada pelo facto de todas as entidades estarem, à partida, motivadas por um objectivo comum, o desenvolvimento da própria região. Tal pressuposto leva-nos a concluir que em nome de valores mais elevados, como seja o futuro da própria comunidade, essas entidades directamente implicadas na televisão, acreditando no papel do canal na promoção da comunidade, poderiam, em nome desse sucesso colectivo, dirimir questões controversas facilitando a acção fiscalizadora do Estado e, consequentemente, a missão da própria televisão.

Algumas entidades teriam, neste processo, um papel necessariamente mais importante do que outras, mas a participação de todas, sem exclusões, em nome da região é um desafio que as regiões menos desenvolvidas, ou em vias de desenvolvimento, não podem desprezar.

Depois do Estado, a Universidade seria a outra instituição com maiores responsabilidades: primeiro na definição, depois na criação e consolidação do projecto.

Em Portugal, os cursos universitários na área das Ciências da Comunicação e do Jornalismo estão suficientemente descentralizados para pensarmos numa rede nacional de suporte das futuras televisões de proximidade. Se a criação de televisões de proximidade de âmbito regional em Portugal, as únicas que dada a dimensão do país seriam socialmente viáveis, fosse uma aposta política, deveria o Estado associar-se às universidades no sentido de a rede descentralizada de cursos na área em causa ser esse tal suporte da formação dos quadros da televisão, ao nível da produção de conteúdos, da experimentação tecnológica e da introdução das novas tecnologias.

Reforçando, inclusive, estes canais as ofertas de emprego para os recém-licenciados, contribuindo para que os mesmos se fixassem na região.

Não existindo ainda em Portugal uma formação universitária específica na área do jornalismo de proximidade, por se entender que este não é, regra geral, suficientemente profissional para atrair jornalistas com essa formação académica específica, mas apostando o actual governo no reforço da formação profissional nos órgãos de comunicação social de proximidade, acreditamos ser a Universidade e não o CENJOR (centro de formação em jornalismo, entidade que ministra cursos breves e práticos nas diferentes especialidades do jornalismo) como pretende o actual executivo, a entidade melhor apetrechada para formar esses profissionais. A Universidade teria, naturalmente, que adaptar-se a esse objectivo, devendo a componente teórica, essencial na formação de um profissional de comunicação, ser complementada com um laboratório de experimentação jornalística criteriosamente montado e apetrechado, e com disciplinas teórico-práticas específicas na área do jornalismo de proximidade - que como já aqui defendemos é um jornalismo especializado a requerer, por isso mesmo, formação académica específica.

Teríamos, ainda, contudo, de percorrer um longo caminho, uma vez que a Universidade, mormente os cursos de Ciências da Comunicação, mantêm-se algo distantes desta realidade. Esta conclusão resulta do conhecimento privilegiado de que dispomos sobre a formação prática ministrada pelos estabelecimentos de ensino universitário com cursos nas referidas áreas, aos seus licenciados.

Assim, em Julho de 1992, quando iniciei a função de jornalista da SIC, comecei a acompanhar alguns estagiários que, ao abrigo de protocolos assinados entre esta televisão e as universidades e os institutos politécnicos onde são ministrados cursos da área da comunicação e do jornalismo, nela efectuaram os seus estágios curriculares. Entre Setembro de 2001 e Janeiro de 2003, na função de editor de sociedade, acompanhei mais de perto uma dezena de estagiários que, ao longo desses 15 meses, fizeram o seu estágio na editoria por mim supervisionado. Nessa fase elaborei um programa específico de aprendizagem para cada um dos estagiários e, no final, sempre que me foi solicitado pelos estabelecimentos de ensino, elaborei um relatório que atestava sobre a evolução do formando. Nenhum dos dez casos aqui referidos, alunos da Universidade do Minho, da Universidade Nova de Lisboa, do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, da Universidade Católica de Lisboa, da Universidade Lusófona de Lisboa, da Escola Superior de Jornalismo do Porto e da Universidade de Direito de Lisboa, possuía, quando iniciou o estágio, um conhecimento prático que lhe permitisse redigir uma notícia de acordo com as regras básicas da metodologia jornalística. Em termos práticos não existia qualquer diferença entre os licenciados na área de comunicação e jornalismo e a licenciada em direito. Quando confrontados com o suporte específico da televisão associado ao jornalismo, o grau de desconhecimento revelava-se ainda superior.

Os currículos académicos valorizam, sobretudo, a componente teórica na área das ciências humanas e das ciências da comunicação, comprovadamente essencial para o exercício da profissão de jornalista, mas desvalorizam a formação prática na área profissional que, afinal, a maior parte dos alunos que escolhe estes cursos pretende seguir, o jornalismo. Ainda que esses currículos incluam cadeiras específicas na área do jornalismo, essas disciplinas são normalmente ministradas por professores convidados, jornalistas na sua maior parte, a quem falta, por um lado, método de trabalho académico e, por outro, tempo e vontade de dedicação. Nestes casos, a passagem pelo mundo académico significa apenas uma linha acrescentada nos respectivos currículos profissionais. Sem qualquer ligação ao mundo académico, estes professores/jornalistas raramente conseguem desenvolver um trabalho sério.

A Universidade precisa de repensar os seus programas e reforçar o ensino da componente prática em ateliers academicamente supervisionados. O jornalismo é uma disciplina que os desafios do nosso tempo obrigam, cada vez mais, a que seja ministrada exclusivamente pela Universidade e não por institutos profissionais como o referido CENJOR, organismo vocacionado para pós-formações práticas altamente especializadas, ou para acções de reciclagem, mas não para a formação de base numa das mais sensíveis áreas de compreensão e de leitura do mundo.

Acreditamos que está ultrapassada a hora de semelhante desafio ser aceite, contudo nunca é demasiado tarde para reconhecermos e assumirmos os erros do passado.

Não tendo ainda o país abraçado esse outro desafio, que o poder político tem considerado mera aventura, da televisão de proximidade, admitimos que quando esse momento chegar a Universidade terá de estar preparada para ser um dos seus pilares.

No trabalho que desenvolvemos, com vista à elaboração da nossa dissertação de mestrado, analisámos a realidade espanhola em matéria de proximidade televisiva, não apenas pela proximidade geográfica, mas, principalmente, por esta ser uma das realidades a suscitar maior empenhamento analítico dada a sua diversidade e riqueza relativamente a outros países.

A nossa conclusão aponta para o incumprimento pelos 10 canais autonómicos públicos que começaram a surgir em Espanha em 1985, de alguns dos objectivos que estiveram na base da sua criação. Mesmo admitindo que alguns tenham conseguido promover a recuperação das línguas próprias das respectivas regiões autónomas onde foram implantados, País Basco, Catalunha, Galiza, Valência, regiões cujo futuro das respectivas línguas, antes da autonomia e no tempo de Franco, chegaram a estar ameaçadas, a nossa análise permite-nos concluir que nenhum destes canais (a excepção será a Telemadrid, a televisão da comunidade madrilenha, muito virada para a informação local e para a transformação em notícia dos problemas que afectam a região) cumpre uma verdadeira função social. Antes se transformaram em estruturas pesadas para os respectivos orçamentos regionais, que as suportam quase inteiramente, sem que desse esforço financeiro resulte qualquer contrapartida social, uma vez que, em vez de emitirem uma programação alternativa, virada para a região, para os seus problemas e para a sua solução, estas televisões concorrem directamente com os canais nacionais, mergulhando, quase todas, na mesma espiral de custos da TVE. As televisões privadas espanholas, apenas 3 canais num universo de 13, a emitirem desde 1990, poderão, igualmente, estar reféns da lógica do mercado mas, ao contrário das autonómicas, não custam dinheiro aos cidadãos.

Miguel de Moragas e Carmelo Garitaonandía consideram que as televisões autonómicas espanholas “não satisfazem nenhuma necessidade social” nem “preenchem nenhuma função básica ou necessária nas nossas democracias” (1995: 15).

Portugal e a Finlândia são os únicos dois países da União Europeia que não promoveram a regionalização da televisão ou sequer criaram condições políticas, aprovando legislação, para que o mercado possa optar por avançar nessa matéria.

Ao longo dos anos, e sobretudo durante toda a década de 80, assistimos apenas a efémeras emissões clandestinas. Um dos elementos mais significativos da história dessas emissões de televisão clandestinas é, a par do seu amadorismo e voluntarismo, a pesada e constante mão fiscalizadora e repressiva do Estado.

Mais do que a existência em Portugal de uma pressão social reivindicativa de uma televisão mais próxima das pessoas, que a história tem, aliás, provado não existir, a descrição deste fenómeno clandestino demonstra que, na maior parte dos casos, foi o acesso facilitado à tecnologia, mais o espírito de aventura e a vontade de mergulhar num universo que a legislação tornava proibitivo, que pôs no ar estas emissões “pirata”.

Os casos de maior sucesso, como o da Televisão Regional de Loures (Janeiro de 1986), que chegou a ser recepcionada, de acordo com os relatos da imprensa, por 300 mil pessoas, emitiam sobretudo conteúdos generalistas: filmes, concursos, telenovelas da RTP, etc.

Não se trata, portanto, apenas do exercício clandestino de uma actividade, os conteúdos que assinalavam esse exercício, cópias de filmes ainda em cartaz que essas televisões emitiam para os respectivos auditórios, episódios de telenovelas da RTP gravados e posteriormente transmitidos em alguns desses canais “pirata”, eram igualmente ilegais. Residia, contudo, nestes conteúdos clandestinos o sucesso dessas emissões; terão sido raras as incursões destes canais nas temáticas de proximidade e nem essa parecia ser a ambição dos seus promotores. Este exercício lúdico da clandestinidade não terá servido para assinalar nenhuma marca positiva que justificasse a existência desses canais.

Pelo contrário, dos exemplos que analisámos na nossa dissertação, realçamos as experiências concretizadas em Abrantes e no Porto, pela TVA (Outubro de 1986) e pela

TVN (Novembro de 1985), respectivamente. Ambas terão sido motivadas pelo cumprimento de pacto de proximidade com a comunidade. A análise que fizemos no nosso trabalho dos conteúdos da emissão da TVA reflecte isso mesmo, e os relatos da imprensa relativos à TVN assinalam, entre os seus promotores, figuras com forte ligação à região e preocupadas com a preservação e renovação da identidade regional, podendo a televisão ser o veículo desse processo.

A mão fiscalizadora do Estado reprimiu umas e outras sem critério, limitando-se ao cumprimento da legislação vigente. O Estado preocupou-se, pois, em criar e consolidar um aparelho repressivo, os Serviços Radioeléctricos de fiscalização, e nunca promoveu a análise distanciada dos conteúdos em causa nem do papel que a emissão desses conteúdos poderia ter no desenvolvimento das respectivas comunidades.

No trabalho de campo que fizemos no processo de elaboração da nossa dissertação de mestrado analisámos igualmente a realidade portuguesa, através do estudo das emissões da RTP em Évora, no tempo em que ao serviço público de televisão era consentido um desdobramento das suas emissões em sete programações autónomas, para o Alentejo, através da referida RTP Évora, grande Lisboa, grande Porto, Algarve, Coimbra, Bragança e Castelo Branco. Essas emissões, iniciadas em Março de 1997, pelo governo socialista, foram encerradas em Janeiro de 2002, pelo executivo de coligação PSD/PP, por razões financeiras.

Estes sete canais emitiam, na fase da sua criação, cerca de 13 minutos diários de emissão autónoma, imediatamente antes do Telejornal das 20 horas.

Na RTP Évora trabalhavam, então, 15 pessoas, 14 jornalistas, todos polivalentes, uma vez que editavam as respectivas reportagens, alguns apresentavam rotativamente o bloco informativo diário e estavam preparados para exercer funções de realização, e 1 administrativo.

O coordenador do centro era um jornalista em final de carreira, António Luiz Rafael, que impunha ao centro uma linha editorial que o ausentava do tratamento de temas polémicos. O objectivo do centro, de acordo com os relatos dos seus jornalistas, complementado pela análise que fizemos da primeira semana de emissões, consistia em dar do Alentejo uma visão “cor-de-rosa” que não afrontasse os poderes regionais nem os representantes do poder nacional na região. Os temas políticos eram, por isso, sistematicamente afastados dos blocos informativos diários.

A linha editorial do Centro regional era moldada pela vontade assumida de a emissão transmitir aos seus destinatários uma imagem de “consenso”; dessa imagem resultava um compromisso das emissões com a manutenção das elites no poder e consequentemente do estado das coisas. As polémicas foram evitadas até nos casos em que eram evidentes. Acreditamos que o único caso polémico que o bloco informativo noticiou, um desastre ambiental no rio Caia, tenha sido, pela sua importância, tema de destaque nacional o que desde logo tornaria demasiado suspeita a sua omissão no bloco regional.

Os entrevistados em estúdio, todos responsáveis directos de instituições representativas do poder central, tirando o caso de um popular, autor de um abaixo-assinado, que nos pareceu ter sido convidado apenas para cumprir os 13 minutos do dia, ou, então, para suprir a falha de um convidado institucional, moviam-se, sempre, com um grande à vontade, quase ignorando as perguntas e as intervenções da jornalista/pivot.

As causas do falso “consenso”, que resultava destas emissões, foram igualmente identificadas por Philippe Le Gern e Pierre Leroux na análise que fizeram da televisão local da cidade francesa de Angers. De facto, como os autores concluem, “a partilha de valores comuns (...) conduz à produção de uma representação pacificada do espaço público. Ninguém tem verdadeiramente interesse em que este jogo seja alterado”. A sobrevivência dos próprios *medias* locais também torna “extremamente arriscadas (de todos os pontos de vista) as tentativas de tratamento *herético* do espaço local” (2000: 167). Assim, em nome do “consenso” silenciam-se os actores sociais cujas opiniões favorecem o conflito.

Em nome desse “consenso” e da pacificação, nos cinco blocos analisados nunca foi dada voz a políticos de oposição, local ou nacional, e nenhuma das notícias destacou acontecimentos políticos. Le Guern e Leroux explicam que este distanciamento dos *media* locais em relação à política é sobretudo motivado pelos riscos que a opção contrária poderia provocar: a cobertura política promove o “nascimento” de “numerosos conflitos de interesse” entre os actores sociais e os *media* locais preferem o “consenso” em vez do conflito, a pacificação em vez da polémica (ibidem).

Ao telespectador foi dada sempre uma visão parcial do acontecimento sendo promovida a entidade, ou personalidade, que o dinamizava.

Nestes 5 blocos analisados verificámos que o jornalista se revelou autor menor destes conteúdos, uma vez que tudo pareceu desenhar-se sem a necessidade plena da sua intervenção. A notícia, quase sempre descritiva, era naturalmente integrada num alinhamento que girava em torno de um convidado que, no momento da entrevista, ocupava solitário o palco para apagar todas as dúvidas que sobre si, ou sobre a instituição que representava, persistissem.

As últimas 3 notícias de cada um dos 5 blocos eram, regra geral, meras informações que poderiam ser captadas num qualquer folheto turístico.

Assistimos, pois, a um claro apagamento do jornalista, a um conveniente apagamento das polémicas, a uma notória valorização do território e dos poderes que o representam.

Apesar desta análise crítica cremos que este bloco cumpria um papel de relevo social importante a dois níveis: primeiro porque lançava, para discussão, os problemas regionais que, embora esvaziados de polémica, adquiriam um grau de visibilidade que, até ao arranque destas emissões, nunca tinham tido; depois porque no Centro regional trabalhavam jovens cuja participação na manutenção do estado das coisas dependia, unicamente, do coordenador do Centro, podendo cessar quando o coordenador abandonasse funções, o que, aliás, veio a acontecer um ano após a entrevista que o mesmo nos concedeu.

Pior do que existir uma emissão regional com algum grau de fragilidade é não existir qualquer emissão, e isso é o que, infelizmente, hoje acontece.

Na Extremadura espanhola, a outra realidade social que nos envolveu no trabalho de campo, concluímos, através da análise da televisão local mais representativa, a “Telefrontera”, um canal hertziano de Badajoz, que mesmo existindo as condições para que a estação pudesse assumir-se como verdadeira alternativa e, conseqüentemente, cumprir uma função social na região, a linha editorial impôs aos conteúdos uma submissão quase absoluta ao mercado.

Do contacto que mantivemos com jornalistas e com o director e sub-directora da estação, e na análise que fizemos de dois blocos informativos considerados, pelos directores, uma referência em termos dos conteúdos produzidos e emitidos pela “Telefrontera”, concluímos que o espaço informativo se transformou num prolongamento da estratégia comercial da estação. Nessa análise verificámos que o conjunto de notícias produzido reflectia, claramente, a anulação dos princípios básicos que regem o discurso jornalístico, uma vez que omitia a audição de um dos lados da notícia quando esta tinha mais do que um protagonista. Essas notícias confundiam, igualmente, acreditamos que de forma deliberada, informação com publicidade/propaganda, misturavam notícia com opinião, salvaguardavam os interesses do grupo proprietário da estação, o grupo Vocento, um dos grupos de comunicação social mais importantes em Espanha, promovendo as suas iniciativas e valorizando os seus efeitos.

Concluímos, portanto, que os conteúdos que a estação emite, por serem definidos pelo mercado, não produzem qualquer mais valia social, não cumprindo, estes blocos, a função prioritária que, em nosso entender, uma televisão de proximidade deve cumprir. Ainda que os conteúdos emitidos sejam de proximidade, a sua abordagem não tem em conta o pacto de proximidade entre emissor e receptor, mas apenas os interesses estratégicos do emissor.

Detectámos, ainda, a existência de erros formais e técnicos na edição das notícias e reportagens emitidas, o que não favoreceu a compreensão das mesmas.

## Bibliografia

- BLUMLER, Jay G. e GUREVITCH, Michael, “Political Communication Systems and Democratic Values”, in *The Crisis of Public Communication*, London and New York, ed. Routledge, 1995;
- GARITAONANDÍA, Carmelo, SPÁ, Miguel de Moragas, “Televisions in the Regions and the European Audio-Visual Space”, in Garitaonandía, Carmelo, Spá, Miguel de Moragas, *Decentralization in the Global Era – Televisions, in the regions, Nationalities and Small Countries of the European Union*, London, ed. John Libby, 1995;
- HABERMAS, Jurgen, “L’ Espace Public, 30 Ans Après”, in *Quaderni*, nº 18, 1992;
- LE GUERN, Philippe, LEROUX, Pierre, “ Les Limites de L’ Espace Public Mediatisé: L’ Exemple D’une Télévision Locale”, in *Hermès*, nº 26, 27, Paris, 2000;
- MILLS, C. Wright, “A Sociedade de Massas”, in *A Elite do Poder*, Rio de Janeiro, ed. Zahar, 1981;
- VACAS, Francisco, *El Sector Audiovisual en Extremadura: por un Nuevo Modelo de Televisión Regional*, Tesis Doctoral, Universidad Complutense de Madrid, Departamento de Comunicación Audiovisual e Publicidad, Madrid, 1999;
- WOLTON, Dominique, “Le Local, la Petit Madelaine de la Démocratie”, in *Hermès*, nº 26, 27, Paris, 2000;